



Segunda-feira, 07 de junho de 2021 às 13:12, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3084744: DECRETO Nº 921 DE 07 DE JUNHO DE 2021

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Princesa

MUNICÍPIO

Princesa



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3084744>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**DECRETO Nº 921 DE 07 DE JUNHO DE 2021.**

**REGULAMENTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE PREVENÇÃO, E APLICA PENALIDADE PARA FINS DE CONTROLE NA TRANSMISSÃO DA SARS-COVID-19, NO PERÍODO DE 07 DE JUNHO A 13 DE JUNHO DE 2021.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, XXXI, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a redução de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense;

CONSIDERANDO que compete ao Município juntamente com o Estado executar ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

CONSIDERANDO que a população Princesense relaxou as medidas de prevenção em decorrência do baixo número de casos que existiam no Município;

CONSIDERANDO que em decorrência do relaxamento dos cuidados, houve o aumento no número de casos confirmados e de internações hospitalares;

CONSIDERANDO a publicação da lei 1.098 de 18 de maio de 2021.

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios em funcionamento do Município de Princesa/SC devem observar **até o dia 13 de junho de 2021** as seguintes restrições:

I – Supermercados, Mercados, Mercearia e afins:

- a) limitação de entrada e circulação interna a no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade total de acordo com a liberação do corpo de bombeiros;
- b) limitação de acesso e entrada de clientes correspondente a 02 (duas) pessoas por entidade familiar,

II – Restaurantes e pizzarias poderão disponibilizar atendimento à la carte e de buffet até as 20hrs, observadas as normas sanitárias vigentes e após este horário, o serviço restringir-se-á a retirada no balcão ou tele entrega;

III – O funcionamento de Lanchonetes, padarias, bares e similares, mediante entrega no balcão, e após às 20h, somente através do serviço de delivery.

IV - É vedado o **consumo** de bebidas alcóolicas nos estabelecimentos após as **20** horas.

V – As academias poderão funcionar com ocupação de 30% de sua capacidade.

VI – As igrejas e/ou templos poderão funcionar com ocupação de 30% de sua capacidade.

Parágrafo único. Concomitantemente as medidas acima, o estabelecimento deverá observar as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina, bem como orientar os clientes de que deverão permanecer de máscara enquanto não estiverem consumindo.

## **PESSOAS EM ISOLAMENTO**

**Art. 2º** Aquele que cientificado pela Secretaria de Saúde ou órgão equivalente, deverá permanecer em isolamento na sua residência, pelo prazo recomendado, com circulação restrita ao imóvel.

**§1º.** Neste período de isolamento, o contato da pessoa isolada deverá ser restrito aos familiares e aos profissionais de saúde durante o atendimento.

**§2º.** Excepciona a restrição mencionada, o deslocamento e permanência para fins de consulta e/ou atendimento médico.

## **DAS ATIVIDADES FÚNEBRES**

**Art. 3º** Nos casos não suspeitos de COVID-19, os velórios poderão ser realizados apenas no momento em que antecede o sepultamento, com duração máxima de até 04 (quatro) horas, devendo ser realizado no período das 07h00 às 17h00, limitada a entrada e celebrações de despedida a 10 (dez) pessoas por vez, sempre com o uso de máscara.

Parágrafo único. No caso do corpo ser liberado e não houver tempo hábil para o sepultamento, este permanecerá aos cuidados da funerária até o horário permitido para realização do velório.

**Art. 4º.** Fica proibida a realização de velórios nos casos confirmados de COVID-19, realizando ato de despedida com caixão fechado, restrito aos familiares, com duração máxima de 30 (trinta) minutos.

**Art. 5º.** Em ambos os casos deverão ser observadas as normas da Vigilância Sanitária Estadual, previstas na Nota Técnica Conjunta n. 025/2020 – DIVS, especialmente:

I – A observação das medidas de higiene das mãos e de etiqueta respiratória, em todas as circunstâncias.

II - Devem ser evitados apertos de mão e outros tipos de contato físico entre os participantes do funeral.

III - Recomenda-se que as pessoas dos grupos vulneráveis (crianças, idosos, grávidas, pessoas com doença crônica, etc.) não participem nos funerais.

IV - Devem ser disponibilizados água, sabonete líquido, papel toalha e **álcool gel a 70%** para higienização das mãos.

V - Estão suspensos os cultos ecumênicos e cortejos fúnebres para velórios.

VI – É proibido o velório em residências.

VII – O ambiente deverá ser ventilado.

VIII – A funerária deverá intensificar a frequência de higienização do espaço em que ocorre o velório, mantendo sempre disponível e com fácil acesso álcool a 70%, reduzindo o número de cadeiras e/ou assentos no espaço, observando o distanciamento recomendado.

IX - A capela mortuária ou local onde aconteceu o velório deverá ser imediato e totalmente higienizado após a realização do velório.

## **DAS PENALIZAÇÕES**

**Art. 6º.** A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante das pessoas físicas e dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas neste ato normativo.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência de crime tipificado na legislação vigente.

**Art. 7º.** Salvo as pessoas que habitam o local, está suspensa a realização de festas, almoços, jantares, confraternizações, roda de chimarrão e/ou consumo de bebidas alcoólicas em espaços particulares, inclusive residências, com qualquer número de pessoas, sob pena de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa participante e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o organizador ou responsável pelo local.

**Art. 8.** É obrigatório o uso da máscara nos estabelecimentos comerciais, de serviços, fábricas ou indústrias, e repartições públicas, pelas pessoas que estiverem no local, sob pena de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa.

**Art. 9º** O descumprimento por parte de pessoas físicas ou jurídicas, das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (covid-19), ensejará a aplicação de multa civil assim estabelecida:

I –R\$ 500,00 (cem reais) para a pessoa física que permanecer em locais públicos ou privados interditados em razão da pandemia;

II - R\$ 1.000,00 (mil reais), a pessoa física que estiver com exame positivo para COVID-19, e descumprir o Atestado ou Termo de Isolamento.

III - R\$ 500,00 (quinhentos reais), a pessoa física que não possuir exame positivo para COVID-19, e descumprir o Atestado ou Termo de Isolamento.

**Art. 10º** Os estabelecimentos privados que desrespeitarem o horário estabelecido para encerrar o atendimento presencial de clientes serão multados:

I - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento em até 30 minutos;

II - R\$ 800,00 (oitocentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento entre 30 minutos e 60 minutos;

III - R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento entre 1h00 e 1h30min;

IV - R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento em período superior a 1h30min.

**Art. 11** O estabelecimento que realizar atividades estando interditado, multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

**Art. 12.** O estabelecimento que descumprir as demais regras recomendadas ou previstas para o combate da pandemia decorrente do COVID19 serão multados de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. Os valores das multas previstas neste artigo serão aplicadas conforme a gravidade da conduta e a capacidade econômica do estabelecimento.

**Art. 13.** Na reincidência da prática de infrações de mesma natureza, as multas serão aplicadas em dobro na segunda ocorrência, ou triplicada, no caso da terceira infração em diante.

**Art. 14.** O não recolhimento da multa, através de Documento Único de Arrecadação Municipal – DUAM, no prazo de até 30 (trinta) dias, ensejará a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para a sua cobrança.

#### **RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 15º.** A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

**Art. 16.** Esse decreto entra em vigência da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 DE JUNHO DE 2021.

---

**EDILSON MIGUEL VOLKWEIS**  
PREFEITO MUNICIPAL